

FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

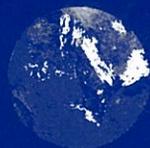
GUIA DO ESTUDANTE

RAMO EDUCACIONAL



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1990/91



FAÇULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

GUIA DO ESTUDANTE

XI



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1990/91

378(05)
Gu.

Guia do Estudante da FLUP. RAMO EDUCACI.

Porto: Conselho Directivo da FLUP.

Vol. 11, 1990-1991

Publicação anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e Impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 100

GUIA DO ESTUDANTE - 1990

INTRODUÇÃO

Na sequência do trabalho levado a cabo por anteriores Conselhos Directivos, edita-se no ano lectivo de 1990-91, pela 11ª vez, o Guia do Estudante.

Como parte integrante da vida da Faculdade de Letras do Porto, o Guia pretende ser, fundamentalmente, um instrumento de informação útil para os alunos nos planos pedagógico, científico, administrativo e da utilização de serviços. Mas nele também cabe o registo de acontecimentos que, de uma ou outra forma, marcaram o trajecto desta instituição ao longo do passado ano lectivo.

Em 12 de Dezembro de 1989 foram aprovados os Estatutos da FLUP, momento assinalável na vida e autonomia da Faculdade e facto que implicou uma responsabilização acrescida de todos os sectores da Escola. Em 19 de Junho de 1990 coube à FLUP ser a primeira instituição no quadro da Universidade Portuguesa a outorgar o grau de doutor "honoris causa" a Sua Ex.^ª o Presidente da República. Assinale-se ainda a continuação das obras do novo edifício da FLUP que, prosseguindo a bom ritmo, levarão à existência, a curto prazo, de um novo espaço de docência, estudo, investigação e convívio académico, onde novos desafios nos esperarão a todos - professores, alunos e funcionários - em termos de direitos conquistados e de deveres a cumprir. Será talvez o momento ideal para finalmente concretizar um modelo de funcionamento da Faculdade cujas linhas de força se pautem, cada vez mais, pelo profissionalismo, pela eficácia e pelo rigor, contornando deste modo uma por vezes excessiva dependência em relação a um espírito de boas vontades que, sempre louváveis, não chegarão para enfrentar o futuro dos anos 90.

Mas o primeiro grande desafio que se nos depara é já o do ano lectivo de 1990-91. Será seguramente mais um teste à capacidade de todos os que nesta casa trabalham. Será também um ano em que o Conselho Directivo, em colaboração com os demais órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, procurará empenhar-se no bom funcionamento de todas as actividades que na Faculdade tenham lugar. É também dentro desse espírito que se espera que o actual Guia possa valer como contributo importante.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1990

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.
Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Serviço de pagamento das cartas de curso
"de venda de selos fiscais.
Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir

o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);

b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

a) Onomástico

b) Didascálico

c) CDU (Classificação Decimal Universal)

c) Cardex (Publicações Periódicas)

d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)

e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1. Digite: GEAC.

2. Carregue tecla ENTER.

3. Digite: CAT.

4. Siga as instruções que aparecem no écran.

5. Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 18H00

Sábado: 9H00 - 11H30.

5. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

6. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico - Referente às obras entradas em cada semestre (publicado desde 1979)

Anexos do Boletim:

I - Teses existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

II - Publicações dos Docentes da Faculdade, existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

Boletim de Sumários, respeitante aos índices das publicações periódicas recebidas (iniciado em 1988)

"Reservados" da Biblioteca Central, Porto, 1989

"Boletim Temático", Porto, 1990.

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

" de Estudos Norte Americanos

" de Estudos Germanísticos

" de Geografia

" de Cultura Portuguesa

" de Arqueologia

" de Documentação Histórica Medieval

" de Filosofia e História da Filosofia

" de História de Arte

" de Língua Portuguesa

" de Literatura Comparada

" de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa

" de Sociologia

Sala Francesa

" Brasileira

" Espanhola

" Neerlandesa

" de História Moderna

" de História Medieval

Centro de História

" de Linguística

" de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História (Variante Arte; Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est.

Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia
Sociologia.

Currículos em vigor em 1990/91:

1º, 2º, 3º e 4º anos - Port. nº 850/87

4º ano - Dec. nº 53/78

4º ano de Est. Portugueses (LLM): Dec. do Gov. nº 75/84.

5º ano de Sociologia - Seminário de Investigação

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º e 4º anos).

b) Tradução (regimes transitório e normal).

C - Cursos de pós-graduação (em funcionamento):

a) Mestrados: em História Medieval

História Moderna

Filosofia Social e Política

Filosofia do Conhecimento

Arqueologia

Educação (proposto)

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

c) Curso de Conservador de Museu (proposto).

D - Curso de Português para Estrangeiros (em Julho).

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-

se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação e Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa e Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de:

"Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,

e

"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port./Ingl - Trad. Port./Ingl.

" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.

" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl. ou Port./Franc.

" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) obrigatoriedade de frequência mínima às aulas:

2/3 das aulas teóricas

50% das aulas práticas;

c) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3^o e 4^o anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

a) Possibilidades:

Português-Inglês

Português-Alemão

Português-Francês.

Nota: O Conselho Científico manifestou-se a favor da abertura do Curso de Tradução nas restantes combinatórias de LLM (Inglês/Alemão; Inglês/Francês; Francês/Alemão), aguardando-se a necessária publicação no Diário da República.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3^o ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos só podem ser considerados depois de os alunos terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram; esta disposição aplica-se aos casos de retoma de estudos e de transferência de outras Faculdades congéneres, caso se traduzam, na prática, em mudança de variante; excluem-se os casos de alterações curriculares resultantes de situações contempladas na lei, como sejam as equivalências de planos de estudo.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 24.07.90)

No desempenho das funções que lhe competem pelo Artº 38º, ponto 2, alínea a) dos Estatutos da Universidade do Porto, publicados no Diário da República, I série, nº178, de 4-8-89 e pelo Artº 13º, ponto 6, alínea a) dos Estatutos da Faculdade de Letras, publicados no Diário da República, II série, nº29, de 3-2-90, e de acordo com as normas gerais respeitantes ao exame final definidos pela Portaria nº886/83 de 22 de Setembro, o Conselho Pedagógico aprovou em 24-7-90 as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1990-91.

As normas agora propostas introduzem modificações pontuais no texto em vigor no ano lectivo de 1989-90. Chama-se a atenção, no entanto, para os novos artigos 10º e 11º.

CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 1º - Modalidades de avaliação. Admitem-se três modalidades de avaliação:

- I - Avaliação contínua.
- II - Avaliação periódica.
- III - Avaliação final.

§ único - Poderá existir uma combinação da avaliação contínua com qualquer outra forma de avaliação nos termos do nº 3 do Artº 11º das presentes Normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação.

No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina (conforme o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária), deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com a turma acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios e instrumentos de avaliação a utilizar.

§ 1º - Este plano de avaliação deverá ter em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a) número de alunos;
- b) número de docentes;
- c) natureza da disciplina.

§ 2º - Competirá ao Conselho Pedagógico, sempre que necessário, analisar todos os aspectos inerentes à elaboração e aplicação do referido plano de avaliação.

Artº 3º - Trabalhos de investigação.

Deve ser promovida a realização de trabalhos de investigação, in-

individuais ou em grupo, a apresentar e discutir oralmente, na aula ou fora dela. Os docentes deverão acompanhar de perto a elaboração dos trabalhos em todos os trâmites.

Em função da participação individual, os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho poderão ter uma nota diferenciada, o que deve desde o início ser tornado claro pelo docente.

§ 1º Os alunos poderão ter acesso aos trabalhos elaborados pelos colegas desde que os autores desses trabalhos o autorizem e o docente recomende a sua divulgação.

§ 2º - Os docentes deverão proceder à publicitação da classificação dos trabalhos de investigação.

§ 3º - Desde que o trabalho de investigação seja considerado idóneo, ele deverá ser valorizado em pelo menos 1/3 da nota final; ou em 50% no caso de o trabalho substituir um dos dois elementos da avaliação periódica.

§ 4º - Considera-se um trabalho de investigação um trabalho escrito em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeçam a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docentes e alunos.

Artº 4º - Reprovação em avaliação contínua e periódica.

Os alunos que reprovem na avaliação contínua ou periódica só poderão fazer exame final na época de recurso (Setembro), nas condições fixadas por lei.

Artº 5º - Consulta dos testes.

1 - Os alunos têm o direito de consultar os seus testes. No caso de prestação de prova oral, os alunos têm o direito de serem informados acerca da nota que obtiveram na prova escrita correspondente.

2 - Sendo possível provar a existência de qualquer irregularidade processual na classificação das provas, os alunos poderão dirigir uma reclamação ao Conselho Pedagógico, que tomará as providências necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 6º - Provas orais.

As provas orais de avaliação de conhecimentos devem realizar-se em salas com portas abertas ao público e perante um júri constituído pelo número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

Artº 7º - Notas quantitativas.

Todas as notas relativas a provas ou trabalhos que sirvam de fundamento à classificação final serão publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20).

Artº 8º - Arredondamento de notas.

As classificações a afixar, quando impliquem direito a uma prova oral ou dispensa de prova final, deverão ser arredondadas (ex.: 9,5=10 e 7,5=8).

Artº 9º - Afixação das datas das provas.

As datas das provas de avaliação periódica e final deverão ser afixadas com uma antecedência mínima de 15 dias.

Artº 10º - Afixação de notas das provas orais.

As notas das provas orais devem ser afixadas no próprio dia da prova.

Artº 11º - Casos de fraude.

1 - No início de cada prova o docente deverá informar claramente os alunos das condições de realização da prova.

2 - Em caso de fraude em flagrante susceptível de ser comprovada, o professor deverá anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3 - Caso haja suspeitas bem fundamentadas de fraude de que no entanto não se tenha podido fazer prova, deverá o docente comunicar todas as informações de que dispõe ao Conselho Pedagógico. O Conselho Pedagógico deverá tomar posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4 - No caso de fraude grave comprovada, o Conselho Pedagógico comunicará o facto à Secção Disciplinar do Senado Universitário.

CAPITULO II - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

A - AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 12º - Tipos de provas.

O processo de avaliação contínua constará de vários tipos de provas, tais como trabalhos de investigação, relatórios de leituras ou de trabalhos de campo, elaboração de bibliografias críticas, exposições feitas nas aulas, testes, provas orais. Uma das provas terá de ser um teste em presença, realizado na própria aula.

& 1º - Os alunos deverão ser claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.

& 2º - Os alunos deverão ser informados de todos os elementos de avaliação, incluindo as provas orais e a participação oral nas aulas, assim como dos métodos de ponderação adoptados.

& 3º - As classificações da avaliação contínua devem ser afixadas em qualquer caso, indicando especificamente o resultado obtido em todos os momentos de avaliação realizados.

Artº 13º - Número de alunos por turma.

1 - A avaliação contínua poderá ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos. Em certos casos, poderá haver alteração desse número, mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

2 - De modo a possibilitar a realização de avaliação contínua, as disciplinas poderão ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1

teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.

3 - Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina poderá funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica da disciplina, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, deverá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Art.º 14º - Obrigatoriedade de presenças.

A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas. A presença dos alunos deverá ser verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

§ Único - Na situação descrita nos números 2 e 3 do Art.º 11º. os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Art. 15º - Inscrição e desistência.

1 - A inscrição em avaliação contínua deverá ser feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2 - Os alunos poderão desistir da avaliação contínua, submetendo-se à avaliação final em Julho, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica (línguas vivas) e nas restantes disciplinas até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa.

Art.º 16º - Avaliação em seminários.

Nas disciplinas que funcionem em regime de seminário pode praticar-se a avaliação contínua.

Observação final - As disciplinas ou turmas que funcionem no regime de avaliação contínua poderão não interromper as aulas nos períodos de avaliação periódica.

B - AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Art.º 17º - Tipo de provas.

O número de provas a realizar será no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente em presença do docente e podendo ser a outra um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.

Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deverá ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como a ponderação da avaliação respectiva.

Quaisquer outras provas - orais ou escritas - que venham a ser

realizadas no âmbito da cada disciplina serão facultativas.

§ 1º - A matéria versada nas provas será a que tiver sido leccionada até 8 dias antes da sua realização.

§ 2º - Sempre que as classificações das provas que excedam o número de duas sejam consideradas para efeito de média final, serão publicadas com as restantes.

Artº 18º - Calendário das provas.

O calendário das provas será oportunamente elaborado pelos Serviços Administrativos da Faculdade em colaboração com o Conselho Pedagógico, o Conselho Directivo e com a Associação de Estudantes. A sua elaboração deve obedecer aos critérios descritos na Observação final à Parte B do Cap. II.

Artº 19º - Repescagem.

Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal. Entre a afixação dos resultados das provas de avaliação periódica e a primeira chamada do exame final da época normal deverá mediar um intervalo mínimo de dois dias úteis (o sábado não deve ser considerado dia útil).

Artº 20º - As condições referidas no artigo anterior são as seguintes:

1 - Para que haja direito a uma prova de repescagem a nota da outra prova de avaliação periódica terá de ser obrigatoriamente positiva.

2 - Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas ou a ela tenham faltado deverão sujeitar-se a uma prova de repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova.

3 - Ficam dispensados da prova de repescagem, embora possam realizá-la, os alunos que tenham obtido numa das provas nota de 8 ou 9 valores, desde que a média das notas das provas seja positiva. Esta dispensa não se aplica caso a média seja negativa, sendo então necessária repescagem relativa à prova em que o aluno tenha obtido 8 valores, para efeitos de aprovação em avaliação periódica.

4 - A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui, não se seguindo o critério usado no exame destinado a melhoria de nota. Para que os alunos se considerem aprovados, a média final terá de ser positiva e em nenhuma das provas a nota poderá ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 21º - Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota, não podendo por conseguinte substituir uma prova classificada com nota positiva.

Artº 22º - Inscrição e desistência.

1 - A inscrição do aluno na avaliação periódica far-se-á pela sua presença na primeira prova de avaliação, ou por declaração escrita entregue ao professor até à realização dessa mesma prova.

2 - É permitida ao aluno a desistência da avaliação periódica. Essa desistência deverá ser comunicada por escrito ao professor antes do final das aulas.

Artº 23º - Tipos de provas em línguas vivas.

No caso das línguas vivas, sem prejuízo do disposto nos artigos 16º, 17º e 18º na parte que lhes é aplicável, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais. As provas escritas precedem as orais e obrigam a uma média mínima de nove valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

§ 1º - Cabe aos Leitores fixar o momento da realização dessa prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas após a afixação dos resultados das provas escritas.

§ 2º - A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas.

§ 3º - A prova oral não pode ser entendida como prova de repescagem.

OBSERVAÇÃO FINAL - Critérios para a elaboração do calendário de exames.

1 - Na elaboração do calendário das provas de avaliação periódica deverá ser respeitada, na medida do possível, a distância mínima de 48 horas entre as provas de disciplinas obrigatórias do mesmo ano.

2 - Deverão ser reservados os últimos dias do bloco de avaliação para as provas das disciplinas de opção (tendo em conta o número de disciplinas e a especificidade de cada curso).

3 - Sempre que haja acordo prévio entre docentes e alunos, as provas de avaliação periódica poderão ser realizadas durante o período de aulas, sem prejuízo do normal funcionamento destas.

4 - Dadas as dificuldades na elaboração do calendário de provas nos cursos com múltiplas variantes, deverá ser previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmo ano. O prazo será de 48 horas depois de afixado o calendário das provas; as reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico, que poderá delegar num ou mais membros do Conselho o poder de resolução destas situações.

C - AVALIAÇÃO FINAL

Artº 24º - Tipo de provas.

O exame final é constituído por uma prova escrita e uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta. A prova oral deve realizar-se de acordo com a estipulado no Art. 6º.

§ Único - Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final (nas épocas normal ou de recurso), esta poderá

ser substituída por um trabalho prático ou de campo, previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

Art.º 25.º - Admissão à prova oral.

A nota mínima de admissão à prova oral será de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Art.º 8.º.

Art.º 26.º - Dispensa da prova oral.

Os alunos que tenham nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral; mas, mesmo dispensados, podem requerê-la, para o que devem dirigir-se à Secretaria no prazo de 48 horas após a afixação das notas da prova escrita.

Art.º 27.º - O artigo anterior não se aplica às línguas estrangeiras, em que a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso de não admissão previsto no Art.º 23.º.

Art.º 28.º - O regime de obrigatoriedade de prova oral nas condições do número anterior poderá ser estendido a qualquer outra disciplina por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o responsável pela respectiva área do Conselho Científico.

Art.º 29.º - Ponderação da nota da prova oral.

Sempre que se realize uma prova oral, o resultado final será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO FINAL

A - MELHORIA DE NOTA

1 - Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de nota no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas cujas notas pretendem melhorar têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministraram os referidos programas.

2 - Os alunos só poderão requerer melhoria de nota na época de recurso (Setembro) do mesmo ano em que tenham obtido aprovação na disciplina ou na época normal (Julho) do ano lectivo seguinte.

3 - Os alunos poderão requerer melhoria de nota relativamente a qualquer disciplina, não devendo ser tida em conta a restrição numérica prevista nestas Observações finais (cf. Ponto B destes Esclarecimentos).

4 - No caso de um aluno se submeter a exame para efeitos de melhoria de nota, prevalecerá a classificação mais elevada.

B - ÉPOCAS DE RECURSO (SETEMBRO) E ESPECIAL (DEZEMBRO)

1 - Na ausência do despacho especial do Reitor da Universidade, o número de exames que os alunos poderão realizar nas épocas de recurso e especial será o seguinte (cf. o Artº 9º da Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da F.L.U.P. de 28.5.84):

a) Época de recurso: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

b) Época especial: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

2 - Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame nas épocas normal ou de recurso não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado (até ao número máximo referido no Ponto 1), desde que, com a aprovação em tais disciplinas, reúna as condições necessárias à obtenção do grau ou diploma.

3 - Na época normal de exames finais (Julho) realizam-se duas chamadas para cada disciplina; nas épocas de recurso e especial realiza-se apenas uma.

(Nota: O ponto de vista enunciado no Artº 18º das Normas de avaliação transcritas traduz unicamente a opinião do C. P.).

Calendário das provas em 1990-1991

(Emanado do Conselho Pedagógico)

Cursos de Licenciatura:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 4 a 23 de Fevereiro de 1991

" " - Segundas provas: de 11 a 27 de Junho de 1991

Exame final - Época normal: de 1 a 20 de Julho de 1991 (provas escritas)

" - Época de recurso: de 9 a 21 de Setembro de 1991 (provas escritas).

Ramo educacional:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 4 a 23 de Fevereiro de 1991

" " - Segundas provas: 20 de Maio a 1 de Junho de 1991

Exame final - Época normal: 17 de Junho a 30 de Junho de 1991

" - Época de recurso: de 9 a 21 de Setembro de 1991

Publicações mais recentes da Faculdade de Letras:

Revista de Faculdade de Letras (dir. do Conselho Científico):

Séries de História, 1984/85/86/87/88/89

Filosofia, 1985 (2 números)/86/87/88

Línguas e Literaturas, 1984/85/86/87/88 (2 tomos)/89

Anexos desta série:

I - Problemáticas em História Cultural, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987

II - Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal - 1501-1700, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988

III - Das Línguas em Contraste Português e Alemão: Actas do 1.º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão, Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Geografia, 1985/86/87

Revista de História (Ed. do Centro de História, 1978 ss.. Em 1979/80 publicou as Actas do Colóquio sobre "O Porto na Época Moderna")

Portugal (Instituto de Arqueologia), 1980 ss. (Em 1983/84 publicou as Actas do "Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste")

Runa (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 2 vols., Porto, Centro de História, 1987

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (no Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras, Maio de 1985), Porto, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor, Porto, Instituto de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation, Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française/ Secção de Sociologia da FLUP, 1988

Encontro de Literatura Suíça (15-17 de Maio de 1989), Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, 1989

Faculdade de Letras do Porto 1919-1931: Contribuição Bibliográfica para a sua História, por Adriano Eiras, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

Eca e "Os Maias". I Encontro Internacional de Queirozianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho
Dr.^a Margarida Louro Felgueiras
Dr.^a Eugénia Vilela
Dr.^a Paula Cristina Martins

1. Problemática epistemológica

- 1.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.
 - 1.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.
 - 1.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.
- 1.2. Quadro geral das Ciências da Educação.
 - 1.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

2. Problemática histórica

- 2.1. Matrizes culturais do pensamento pedagógico.
- 2.2. Aspectos da história do Ensino.

3. Problemática pedagógica

- 3.1. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.
- 3.2. O debate pedagogias da essência/pedagogias da existência; directividade/ não directividade; pedagogias da hetero-estruturação, da autoestruturação e da interestruturação.
- 3.3. Características e significado das pedagogias do projecto.
- 3.4. A formação de professores: o desafio da formação-investigação.
- 3.5. Por uma pedagogia da complexidade ...

4. Problemática sociológica

- 4.1. Condicionantes sociais da educação: uma perspectiva crítica.
- 4.2. Individualização, Socialização e Personalização.

5. Problemática antropológica

- 5.1. A educabilidade como dimensão antropológica.
- 5.2. Reprodução, criatividade e cultura escolar.
- 5.3. Projecto e utopia.
- 5.4. O corpo social e o corpo pedagogizado.
- 5.5. Razão e imaginação.
- 5.6. Liberdade e autoridade.
- 5.7. Recompensas e punições: um sentido antropológico.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.

CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.

CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.

DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

FABRE, A. - L'école active expérimentale, Paris, P.U.F., 1972.

MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.

NOT, L. - Les pédagogies de la connaissance, Toulouse, Privat, 1979.

NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?, Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.

NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.

RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.

SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

SUCHODOLSKI, B. - A pedagogia e as grandes correntes pedagógicas, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

RO2 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida
Dr. José Azevedo
Dr^a Fernanda Martins
Dr^a Bárbara Figueiredo
Dr^a Fátima Morais

1. Objectivos gerais

- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.
- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Fontes e objectivos da Psicologia do Desenvolvimento.
2. Abordagem global do Desenvolvimento Humano.
 - 2.1. Factores do desenvolvimento.
 - 2.2. Processos do desenvolvimento.
 - 2.3. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
3. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.
4. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.
 - 4.1. Introdução à adolescência.
 - 4.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.
 - 4.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.
 - 4.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.
 - 4.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.
 - 4.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
 - 4.2.3. Desenvolvimento socio-emocional.
 - 4.2.4. Desenvolvimento interpessoal/moral.

4.2.5. Desenvolvimento vocacional e Construção de Identidade

III. Psicologia da Aprendizagem.

1. Definição e características da aprendizagem.

1.1. Dimensões cognitivas.

1.2. Dimensões subtracionais.

1.3. Dimensões interpessoais

2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.

2.1. Teorias Behavioristas.

2.2. Teorias Desenvolvimentalistas.

2.3. Teorias Cognitivistas.

2.4. Teoria Humanistas.

3. Programas de facilitação da aprendizagem.

3.1. Programas de incidência curricular.

3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- BRASIL, 1984
- BEE, H.- A criança em desenvolvimento, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984
- CLAES, M.- Os problemas da Adolescência, Lisboa, Verbo, 1985
- GALLATIN, J.- Adolescência e Individualidade, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1978
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. - O mundo da criança: da infância à adolescência, S. Paulo, Mc Graw Hill do Brasil, 1981
- PIAGET, J.- Os seis estudos de psicologia, Lisboa, Ed. D.Quixote, 1974
- SNOWMAN, B.- Psychology Applied to Teaching, Boston, Houghton Mifflin Company, 1986
- SPRINTHALL, N.; COLLINS, A. - Adolescent Psychology: a Developmental view, New York, Random House, 1984
- SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. - Educational Psychology: a Developmental Approach, New York, Random House, 1981
- TAVARES, J.; ALARCÃO, I - Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Coimbra, Almedina, 1985

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Docentes: Dr^a Fernanda Figueira
Dr. Raul Cunha
Dr^a Olga Lima
A contratar

I. Introdução

Sem preterir a vertente pragmática, implícita no âmbito da teoria curricular, quer a nível da organização, quer do seu desenvolvimento, pareceu-nos conveniente reforçar a componente teórica. Tal orientação coloca-nos em sintonia com o pensamento de L. STENHOUSE, segundo o qual o professor deve aliar à prática lectiva a investigação.

KEMMIS insiste neste ponto que é, de resto, o fundamento de uma das várias metateorias da teoria curricular.

O professor carece de uma sólida base teórica que lhe permita investigar num campo - o da educação - onde permanecem "black boxes" plurais, cujo interior pode e deve ser pesquisado.

É claro que este rumo implica sólido investimento na investigação científica.

A disciplina de Organização e Desenvolvimento Curricular, abrangendo, de certa forma, todo o sistema de ensino, proporciona um espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, sensibilizando os novos docentes para a necessidade de racionalizarem e sistematizarem cientificamente o seu ensino.

II. Objectivos

- Desenvolver atitudes de reflexão e de investigação científica.
- Reflectir sobre os actuais modelos de educação.
- Relacionar educação com o processo ensino-aprendizagem.
- Adquirir os conhecimentos fundamentais do Currículo, seus fundamentos, desenvolvimento e avaliação.
- Analisar os diferentes modelos de ensino.
- Compreender a existência das várias orientações curriculares.
- Justificar, a partir da teoria curricular, as decisões na acção didáctica.
- Aplicar o processo de desenvolvimento curricular a situações concretas.

III. Conteúdos Programáticos

1. Análise sistemática da Educação.

1.1. A T.G.S.

1.2. A sistémica como tecnologia.

1.3. A entropia e a redundância.

- 1.4. Sistémica e modelos.
- 1.5. Educação sistémica e comunicação.
2. Problemática conceptual do currículo.
 - 2.1. Natureza e teoria do currículo.
 - 2.2. Metateorias da teoria curricular.
 - 2.3. Metateorias, teorias do currículo e reprodução cultural.
 - 2.4. Os códigos curriculares.
 - 2.5. Conceitos de currículo.
 - 2.6. Componentes do currículo: objectivos, conteúdos, estratégias, planificação e avaliação.
3. Organização e desenvolvimento curricular.
 - 3.1. Modelos de organização e de desenvolvimento curricular.
 - 3.2. Modelos teóricos.
 - 3.2.1. Modelos de TYLER e de TABA.
 - 3.2.2. Modelos sistémicos.
 - 3.2.3. Modelo integrador.
 - 3.3. Desenvolvimento curricular e formação de professores.
 - 3.4. Organização escolar.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- APPLE, M. W. - Ideologia y Currículo, trad. Rafael Lassaletta, Madrid, Akal, 1986
- BALLANTI, G. - Modelli di Apprendimento e schemi di insegnamento, Teramo, Lisciani e Giunti, 1989
- CORTESÃO, L.; TORRES, M. - Avaliação pedagógica I e II, Col. Ser professor, Porto, Porto Editora, 1983
- D'HAINAUT, L. - Educação. Dos fins aos objectivos, Coimbra, Almedina, 1980
- KELLY, A.V. - O currículo: teoria e prática. S. Paulo, Habra, 1980
- LANDSHEERE, V.; LANDSHEERE, G. - Definir os objectivos da educação, Lisboa, Morais, 1977
- LANDSHEERE, G. - Avaliação Contínua e Exames: Noções de Docimologia, Coimbra, Almedina, 1979
- MARAGLIANO, R.; VERTECCHI, B. - La programmazione didattica, Roma, Riuniti, 1986
- POCZTAR, J. - Analyse systématique de l'éducation: essai, Paris, E.S.F., 1989
- STENHOUSE, L. - An introduction to curriculum research and development, London, H.E.B., 1981
- TENBRINK, T. - Evaluation: a practical guide for teachers, New York, Mc Graw-Hill, 1984
- ZABALZA, M. A. - Diseño y desarrollo curricular, Madrid, Narcea, 1987

NOTA. A bibliografia específica será oportunamente fornecida.

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

Docentes: Dr.^a Maria Manuela Alves

FINALIDADES

Pela aplicação dos princípios da andragogia, utilização da dinâmica de grupo e articulação da teoria com a prática, o esquema programático visa as seguintes finalidades:

- fazer reflectir criticamente sobre as linhas de força das concepções pedagógico-didácticas actuais;
- promover a aquisição de competências exigidas pela função docente a nível do saber, do saber - fazer, do saber - ser e do saber - mudar;
- favorecer a aquisição de uma atitude científica face à realidade pedagógica;
- integrar os conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar;
- facilitar a auto-formação pessoal e profissional.

ESQUEMA PROGRAMÁTICO

1. Introdução.
 - 1.1. Pedagogia e Didáctica.
 - 1.2. As dimensões psicológicas e relacionais da Didáctica.
 - 1.3. Uma metodologia de acção pedagógica.
2. Didáctica da História.
 - 2.1. Finalidade e objectivos educativos da História.
 - 2.1.1. Finalidades educativas e objectivos da História.
 - 2.1.2. Taxonomias e objectivos da História.
 - 2.1.3. Os processos abertos.
 - 2.1.4. Pedagogia com objectivos, Pedagogia por objectivos?
 - 2.2. Os conteúdos programáticos - transmissão e formação.
 - 2.2.1. Currículo, programa, programação.
 - 2.2.2. Perspectiva histórica do ensino da História.
 - 2.2.3. Epistemologia e ensino/aprendizagem da História.
 - 2.2.4. Problemática da selecção e estruturação dos conteúdos.
 - 2.2.5. Critérios para a selecção dos conteúdos.
 - 2.3. A estratégia de acção pedagógica.
 - 2.3.1. A problematização das situações.
 - 2.3.1.1. Motivação e aprendizagem.
 - 2.3.1.2. A construção da situação pedagógica.
 - 2.3.1.3. A formulação do problema.
 - 2.3.1.4. A pedagogia das situações e as funções do professor.
 - 2.3.2. Os procedimentos pedagógicos.
 - 2.3.2.1. Questões de terminologia.

- 2.3.2.2. Os documentos no ensino/aprendizagem da História.
- 2.3.2.3. O método da descoberta guiada.
- 2.3.2.4. Métodos de trabalho autónomo.
- 2.3.3. A comunicação pedagógica.
- 2.3.3.1. Análise psicossociológica da comunicação na sala de aula.
- 2.3.3.2. Técnicas de comunicação.
- 2.4. Os recursos didáticos.
- 2.4.1. Critérios para a escolha de recursos.
- 2.4.2. A exploração pedagógica dos áudio-visuais.
- 2.5. A avaliação.

BIBLIOGRAFIA

A indicação dos títulos seguintes não significa obrigatoriedade de leitura integral. A medida que o programa for sendo cumprido, serão dadas indicações sobre as leituras essenciais.

- ANZIEU, D; MARTIN, J. Y. - La Dynamique des groupes restreints - PUF, Paris
- ARIP - Pedagogia e Psicologia dos Grupos - L. Horizonte, Lisboa.
- BANY, M.A.; JOHNSON, L.V. - Dynamique des groupes et education, Dunod, Paris
- CHAFFER, J.; TAYLOR, L. - A História e o Professor de História - Livros Horizonte, Lisboa
- CHAULANGES, M. - Essai sur le rôle et l'emploi du texte dans l'enseignement de l'histoire - Delagrave, Paris
- CITRON, S. - Ensinar História hoje - a memória perdida e reencontrada - Livros Horizonte, Lisboa
- COLTHAM, J.; FINES, J. - Objectivos Educacionais para o Estudo da História - uma sugestão de esquema de trabalho - A.P.H., Lisboa
- DINIZ, M.E. - Que História ensinamos? Que História ensinamos? in A.P.H., Boletim nº7, Novembro, 1983
- DOMINGOS, A.M.; NEVES, I.; GALHARDO, L. - Uma forma de estruturar o ensino e a aprendizagem - Livros Horizonte, Lisboa
- DUPONT, Pol- A dinâmica do grupo-turma - Coimbra Editora, Lda, Coimbra
- JACQUINOT, G. - L'École devant les écrans - ESF, Paris
- LANDSHEERE, V. e G. De - Definir os objectivos da Educação - Moraes Editora, Lisboa
- LEROY, G. - Le dialogue en éducation - PUF, Paris
- MINDER, M. - Didáctica funcional - Coimbra Editora, Lda, Coimbra
- POSTIC, M. - A relação pedagógica - Coimbra Editora Lda, Coimbra
- RODRIGUEZ DIÉGUEZ, J. L. - Didáctica General - Cincel, Madrid
- ROLDÃO, M. C. - Gostar de História, Um Desafio Pedagógico - Texto

Editora, Lisboa
ZABALZA, M. A. - Diseno y desarrollo curricular - Narcea Ediciones,
Madrid

Docentes: Dr^a Odete Santos
Dr^a Rosa Bizarro

1. Metodologia do Ensino do Francês/Didáctica do Francês: que definição?

O que caracteriza a Didáctica, em geral, é a natureza complexa das relações que estabelecem, no seu campo, os elementos necessários à sua legitimação, importados, estes de um conjunto de domínios de saber, no qual a hegemonia pertence, naturalmente, à disciplina de que ela assegura a pedagogização.

Assim sendo, a Didáctica das Línguas recorre fundamentalmente à Linguística e às Teorias da Comunicação, enquanto disciplinas fundadoras da sua legitimidade. Cruzam-se com elas, as disciplinas desempenham um papel instrumental na pedagogização de qualquer domínio de saber: a Psicologia e a Sociologia - as quais, combinadas com a Linguística, constituem respectivamente a Psicolinguística e a Sociolinguística -, a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, etc.

A rede de relações estende-se, depois, pelo recurso às disciplinas que intervêm no ensino do texto: a Literatura, a Semiótica, a Linguística Textual, a Filosofia.

Este leque já tão diversificado de "apports" enriquece-se com os conceitos e noções que sustentam o ensino da(s) Cultura(s) e da Civilização: a História, a Geografia, a História da Arte, a Economia, etc.

O discurso da Didáctica das Línguas surge, assim, como um discurso transversal a esses domínios de saber e é a comunidade de interesses com todos eles que dá unidade ao seu campo e lhe demarca as fronteiras.

2. Objectivos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

2.1. Colaborar na formação da consciência deontológica que há-de orientar as futuras vidas profissionais dos formandos.

2.2. Formar, no futuro professor, a consciência do valor formativo do ensino/aprendizagem do Francês, Língua estrangeira, na dupla vertente instrumental e cultural.

2.3. Despertar, no formando, a apetência pela autoformação (inicial e contínua), através da gestão e racionalização autónomas do estudo e pesquisa que deverão orientar a sua vida profissional futura.

2.4. Levar o formando a construir o quadro teórico-metodológico específico da Didáctica da Língua estrangeira, em articulação com as restantes áreas das Ciências da Educação que integram o seu plano de estudos do Ramo Educacional, em ordem à consciencialização do porquê das práticas pedagógicas peculiares ao ensino/aprendizagem do Francês.

3. Conteúdos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

3.1. A componente teórica da Didáctica: a Didactologia.

3.1.1. Enquadramento histórico, económico, sociopolítico e cultural dos diversos modelos pedagógicos do ensino/aprendizagem do Francês, numa

perspectiva crítica que opere dentro dos seguintes parâmetros:

- Objectivos.
- Conteúdos.
- Estratégias/actividades.
- Problemática do acesso ao sentido em língua estrangeira.
- Relação pedagógica professor/aluno.

3.1.2. Tendências actuais da Didáctica do Francês: o eclectismo que tende a compatibilizar elementos teórico-práticos saídos dos diversos modelos pedagógicos: modelo tradicional, métodos estruturoglobais (M.A.V.), paradigma comunicacional, pedagogia do projecto.

3.1.3. A introdução da componente cultural e intercultural (perspectiva do Conselho da Europa) no ensino/aprendizagem do Francês

3.2. Áreas teórico-metodológicas.

3.2.1. A prática oral da comunicação, na dupla vertente: recepção e produção.

3.2.2. A leitura na sua relação com a produção escrita:

- Tipos de leitura.
- Tipologia de textos.
- Estratégias de leitura.

3.2.3. A gramática de frase e a gramática de texto.

3.2.4. A Pedagogia do erro.

3.2.5. O ensino/aprendizagem das línguas e das culturas.

4. A componente prática do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

4.1. Compreensão / produção de discursos.

4.1.1. Elaboração de análises de vários tipos de textos orais e escritos.

4.1.2. Aplicação, a textos considerados "documentos autênticos", dos princípios pedagógicos que se lhes adequam.

4.2. Materiais de ensino/aprendizagem.

4.2.1. Elaboração de fichas de leitura, de observação / avaliação de actividades de aula e outras.

4.1.3. Elaboração de exercícios comunicativos e/ou gramaticais.

4.1.4. Construção e exploração pedagógica de materiais audiovisuais.

5. Planificação de unidades didácticas para os vários níveis de ensino/aprendizagem do Francês.

5.1. Elaboração de análises críticas sobre os conteúdos programáticos.

5.2. Definição de objectivos.

5.3. Selecção de itens linguísticos de acordo com os objectivos definidos.

5.4. Selecção de actividades de acordo com as necessidades dos alunos, os objectivos definidos e a personalidade do professor, tendo em vista o desenvolvimento das quatro capacidades de base (ouvir, falar, ler, escrever).

5.5. Selecção de meios auxiliares adequados às actividades escolhidas. 5.6. Encadeamento lógico dentro da lição, dentro da unidade,

entre várias unidades.

6. Execução.

6.1. Gestão correcta do tempo, do espaço, do equipamento e dos materiais.

6.2. Desenvolvimento de atitudes sociais com a cooperação e a interajuda.

6.3. Desenvolvimento de capacidades de observação.

6.4. Desenvolvimento de capacidades de reacção a situações imprevistas.

7. Avaliação.

7.1. Objectivos e princípios gerais.

7.2. Avaliação de actividades de compreensão e de produção orais.

7.3. Avaliação através de testes escritos.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUTIER, E. et al. - Lignes de force du renouveau actuel en didactique des langues étrangères, Col. DLE, Paris, Clé Internationale, 1986

2. BESSE, H.; GALISSON, R. - Polémique en didactique: du renouveau en question, Col. DLE, Paris, Clé Internationale, 1980

3. DULAY; BURTRAND; KRASHEN - Language Two, New York, Oxford University Press, 1981

4. GLASSION, R. et al. - D'autres voies pour la didactique des langues étrangères, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1982

5. HYMES, D.H. - Vers la compétence de communication, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1984

6. MOIRAND, S. - Enseigner à communiquer en langue étrangère, Paris, Hachette, 1982

7. PORQUIER, R. - Aspects psychologiques de l'apprentissage des langues, Texte d'une conférence organisée en Janvier 1982, à l'université de Compiègne

8. RICHTERICH, R. - Communication orale et apprentissage des langues, Col. F, Paris, Hachette, 1975

9. ROULET, E. - Langue maternelle et langues secondes - Vers une pédagogie intégrée, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1980

10. VERDELHAN, M. - Renouvellement des concepts en didactiques et formation des enseignants de français langue étrangère, "Langue Française", n° 55, Sept. 1992

Docente: Dr.^a Maria Emília Domingues

1.OBJECTIVO TERMINAL

Aquisição de conhecimentos de carácter teórico-prático que permitam ao futuro professor de Alemão o desenvolvimento de uma prática lectiva correcta.

OBJECTIVOS INTERMÉDIOS

- Reconhecer o papel da Didáctica Específica no conjunto curricular das Ciências da Educação.
- Reconhecer o contributo da disciplina de Alemão para a formação integral do aluno.
- Analisar os problemas do ensino do alemão em Portugal.
- Analisar os conteúdos programáticos do Alemão no ensino secundário.
- Perspectivar criticamente as diversas abordagens e métodos do ensino das Línguas estrangeiras.
- Planificar correctamente as actividades pedagógicas.
- Seleccionar conteúdos, materiais e estratégias adequadas à consecução do referido no ponto anterior.
- Desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem para o ensino do Alemão.
- Conhecer processos de avaliação pedagógica.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva de auto-avaliação e de formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de um estilo próprio.

II.ITENS PROGRAMÁTICOS

1. O ensino das línguas estrangeiras.
 - 1.1. O papel da Didáctica Específica.
 - 1.2. Métodos e técnicas de ensino.
 - 1.3. O papel do professor.
 - 1.4. O contributo das Ciências da Linguagem.
 - 1.4.1. O contributo da Linguística Aplicada.
 - 1.4.2. O contributo da Sociolinguística.
 - 1.4.3. O contributo da Psicolinguística.
 - 1.5. As teorias da aprendizagem da L2.
2. Perspectivação histórica das abordagens e do métodos no ensino das línguas estrangeiras.
 - 2.1. A aprendizagem natural.
 - 2.2. O método da gramática e tradução.
 - 2.3. O método directo.
 - 2.4. Os métodos audio-oral e audio-visual.
 - 2.5. A abordagem comunicativa.

- 2.6. Os métodos e abordagens mais recentes.
3. Análise do projecto do Conselho da Europa.
4. Análise dos objectivos e dos conteúdos programáticos da disciplina de Alemão no ensino secundário.
5. Análise de manuais e de outros materiais auxiliares de ensino
6. Planificação do ensino-aprendizagem.
 - 6.1. Princípios orientadores.
 - 6.2. Planificação anual, periodal, de unidade e de aula.
 - 6.3. Definição de objectivos.
 - 6.4. Selecção de itens lingüísticos e sócio-culturais.
 - 6.5. Selecção de estratégias/actividades.
 - 6.6. Selecção de materiais auxiliares.
7. Desenvolvimento da competência lingüística e comunicativa.
 - 7.1. Estratégias de interacção.
 - 7.2. Identificação de necessidades de comunicação, intensões e papéis.
- 7.3. O desenvolvimento integrado das quatro capacidades lingüísticas de base.
 - 7.3.1. Capacidades de expressão (falar e escrever).
 - 7.4. Os materiais auxiliares de ensino e a sua utilização didáctica.
 - 7.5. Os materiais autênticos.
 - 7.6. A progressão na aprendizagem. A tipologia de exercícios.
 - 7.7. Os aspectos sócio- e interculturais.
 - 7.8. O papel da gramática.
 - 7.8.1. Análise de vários modelos.
 - 7.8.2. A progressão gramatical.
8. O trabalho projecto e a interdisciplinaridade. Os "Baukasten".
9. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.
 - 9.1. Avaliação e testagem - princípios orientadores.
 - 9.2. Funções da avaliação.
 - 9.3. Tipos de avaliação.
 - 9.4. Tipos de testes.
 - 9.5. Elaboração de matrizes.
 - 9.6. Elaboração de testes.
 - 9.7. Correção de testes.
 - 9.8. Recolha de tratamento de dados.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- (hg)
- BADEGGER, M. - Kontaktschwelle Duetsch als Fremdsprache Europarat
- EDELHOFF, C. - Authentische Texte im Deutschunterricht München, Hueber, 1987
- NEUNER, G.; EDELHOFF, C. e outros - Didáctica das Línguas estrangeiras
Lisboa, Apáginastantas, 1985
- Übungstypologie zum Kommunikativen Deutschunterricht,

- Berlin und Munchen Langenscheidt, 1981
- GREWER, KRUGER, NEUNER - Übungsformen und Sequenzen im Kommunikativen Deutschunterricht, Berlin, Langenscheidt, 1981
- HAROLD, S. MADSEN - Techniques in Testing, Oxford University Press, 1983
- KRASHEN, S.D. - The Natural Approach, Oxford, Pergamon/Alemany, 1983
- LOHFERT, W. - Kommunikative Spiele für Deutsch als Fremdsprache, Munchen, Hueber, 1986
- MEESE, H. - Systematische Grammatikvermittlung und Spracharbeit, Berlin, Langenscheidt, 1984
- PIEPHO, H. E. - Deutsch als Fremdsprache in Unterrichtsskizzen Heidelberg, Quelle und Meyer, 1980
- RICHARDS, J.C.; RODGERS, T.C. - Approaches and Methods in Language Teaching

Docente: Dr. José Queiroz Marques dos Santos

1. Finalidades

A preparação dos professores de Geografia implica necessariamente a aquisição de princípios de ordem metodológica que, pela sua importância e actualidade, constituem os fundamentos e as bases de toda a formação pedagógica.

Como a Geografia não constitui uma área isolada do saber, a referida preparação terá que incidir não só nos seus princípios metodológicos específicos, mas também em princípios comuns a outras disciplinas, indispensáveis a um bom entendimento e a um eficaz desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se assim a existência de uma diversidade de situações a contemplar num programa de Metodologia da Geografia, cuja finalidade última consiste em procurar que aqueles a quem se destina consigam estabelecer uma articulação coerente entre as Ciências da Educação e a prática pedagógica.

2. Esquema conceptual

O professor de Geografia deve possuir um conjunto de conhecimentos de natureza pedagógica que, ao serem postos em prática, possibilitem o desenvolvimento de actividades conducentes à formação dos educandos.

3. Objectivos

- Reflectir sobre a actividade profissional do professor de Geografia.
- Relacionar a evolução do ensino da Geografia com o ambiente sócio-cultural vivido.
- Reflectir sobre o valor formativo da Geografia.
- Analisar o estatuto da Geografia enquanto disciplina curricular.
- Julgar da inserção dos professores de geografia no projecto da Escola Cultural.
- Dominar os fundamentos de natureza psicológica e sociológica que servem de apoio a uma Pedagogia geográfica.
- Dominar os conhecimentos relativos aos conteúdos geográficos inerentes aos planos de estudos em vigor.
- Integrar os conteúdos geográficos no todo dos programas, valorizando os aspectos interdisciplinares e transdisciplinares.
- Diferenciar os métodos e as técnicas utilizadas no ensino da Geografia.
- Participar em trabalhos conducentes à aplicação dos recursos mais frequentes utilizados no ensino da Geografia.
- Organizar a sala de Geografia.
- Planificar, tendo em conta os programas de Geografia.
- Comparar estratégias diversificadas no ensino-aprendizagem da

Geografia.

- Aplicar técnicas de expressão e comunicação utilizadas em Geografia.
- Analisar formas de observação dos alunos na sala de aula.
- Elaborar testes e outros tipos de provas com o fim de serem avaliados os conhecimentos geográficos.
- Mobilizar todos os recursos disponíveis com vista à realização de trabalhos de campo, enquanto actividades interdisciplinares privilegiadas e elementos de desenvolvimentos dos conhecimentos geográficos.
- Desenvolver os conhecimentos, métodos e técnicas adquiridos numa perspectiva de autoformação permanente, enquanto professor de Geografia.

4. Conteúdos

Introdução: Ser professor de Geografia.

I Parte: Valor educativo da Geografia:

- Evolução do ensino da Geografia; relação com o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos geográficos e com as concepções mais correntes desta ciência.
- Importância da Geografia no campo formativo.
- Inserção dos professores de Geografia no projecto da Escola Cultural.

- Fundamentos de uma Pedagogia geográfica.

II Parte: Organização do ensino da Geografia:

- Programas; articulação; interdisciplinaridade.
- Métodos e técnicas de ensino.
- Recursos de utilização mais frequente.
- Organização da sala de Geografia.
- Preparação e desenvolvimento da lição de Geografia; planificação; estratégias de ensino-aprendizagem; utilização de meios auxiliares; observação dos alunos; elaboração de testes; avaliação.
- Trabalho de campo.

5. Formas de actuação

Serão analisados os temas constituintes do programa, utilizando-se estratégias variadas que possam dar aos alunos uma visão ampla das diversas formas de actuação de um professor na sala de aula.

6. Avaliação

Proceder-se-á conforme as normas gerais de avaliação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALEXANDRE, F. e DIOGO, J. - Didáctica da Geografia, Lisboa, Texto Editora, 1990

BAILEY, P. - Didáctica de la Geografía, Madrid, Editorial Cincel, 1985

- DEBESSE-ARVISET, M. L. - A educação geográfica na escola, Coimbra, Livraria Almedina, 1978
- FERNANDEZ, Salvador Aldana - Didáctica de las Ciências Humanas - Geografía, Alcoy, Editorial Marfil, 1982
- GRAVES, Norman J. - La enseñanza de la Geografía, Madrid, Visor Libros, 1985
- IBÁÑEZ, R. - Interdisciplinaridad y enseñanza en equipo, Madrid, Ed. Paraninfo, 1978
- Manual da Unesco para o Ensino da Geografia, Lisboa, Editorial Estampa, 1978
- NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios básicos da prática pedagógico-didáctica, Porto, Porto Editora, 1987
- RIBEIRO, L. - Avaliação da aprendizagem, Lisboa, Texto Editora, 1989

Nota: Bibliografia específica para os assuntos a tratar será comunicada na altura adequada.

METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Docentes: Dr^a Aida Santos
Dr^a Olívia Figueiredo

A. Objectivos.

Dada a complexidade do ensino/aprendizagem da língua materna, na sua dupla vertente - ensino da língua/ ensino do texto literário -, e considerando o papel predominante da língua materna no ensino em geral, impõe-se uma relação muito estreita entre a teorização de certas problemáticas e a prática pedagógica enquanto objecto fundamental da disciplina em questão.

A presente proposta de programa, destinando-se a futuros professores de Português do ensino secundário (7^a-12^a Anos de Escolaridade), tem como objectivos:

I. Gerais

1. Compreensão do valor formativo - cognitivo e sócio-afectivo do ensino da língua materna.
2. Compreensão da relação da língua materna com o ensino /aprendizagem das áreas disciplinares curriculares.
3. Preparação para a actividade docente, através do equacionamento das variáveis complexas do acto pedagógico.

II. Específico.

Preparação para a planificação, execução e avaliação de aulas de Português, com vista a uma gestão competente dos programas nos vários níveis/anos de escolaridade.

B. Conteúdos programáticos.I. Situação actual do ensino do Português.

1. Problemática dos objectivos do ensino da língua materna.
2. Análise dos programas oficiais.
3. Apreciação crítica dos manuais disponíveis.

II. Problemas teórico-metodológicos

1. Curso Unificado.
 - 1.1. A problemática da leitura: texto não literário/texto literário.
 - 1.2. A pedagogia da escrita.
 - 1.3. Instrumentos de análise: gramática de frase/gramática de texto.
2. Cursos complementares.
 - 2.1. Relação ensino da língua/ensino do texto literário.
 - 2.2. Relação teoria/metodologias.
 - 2.3. Didáctica da literatura: géneros literários; periodização.

III. Prática pedagógica.

Planificação de unidades didácticas nos vários níveis do curso unificado e dos cursos complementares.

IV. Avaliação.

A problemática da avaliação na aula de língua materna.

BIBLIOGRAFIA

BLOOM; HASTINGS; MADAUS - Manual de Avaliação Formativa e Sumativa do Aprendizado Escolar, S. Paulo, Biblioteca Pioneira, 1983

CHARMEUX, E. - L'écriture à l'école, Paris, CEDIC, 1983

" - La lecture à l'école, Paris, CEDIC, 1975

FERNANDEZ, A. et alii - Didáctica del lenguaje, Barcelona, Ceac, 1982

FONSECA, F. I; FONSECA, J. - Pragmática Lingüística e Ensino do Português, Coimbra, Liv. Almedina, 1977

HOSS, M. da C. - Prática de Ensino da Língua Portuguesa, S. Paulo, Ed. McGraw Hill, 1977

LÉVY-DELPLA, L. et alii - Lecture d'une oeuvre. Paris, Bordas, 1986

MANSUY, M. - L'Enseignement de la littérature, Paris, Ed. F. Nathan, 1977

PETITJEAN, A. - Pratiques d'écriture. Paris, CEDIC, 1982

PETITJEAN, R. - De la lecture à l'écriture. Paris, CEDIC, 1984

PORQUIER, R.; BESSE, H. - Grammaires et didactiques des langues, Paris, LAL, 1984

SOUSA, J. B. de P. - Didáctica de Português, Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1972

VIGNER, G. - Écrire, Paris, CLE International, 1982

Nota: Ao longo do curso serão fornecidas indicações complementares de livros e revistas.

METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS

Docentes: Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre
 Dr.^a Maria João Alveolos
 Dr. Alípio Barra

.Pressupostos

O presente programa parte do princípio de que as restantes disciplinas curriculares científicas já forneceram aos estudantes conhecimentos sobre e domínio da língua inglesa que os capacitem para as implicações deste programa; e que as disciplinas que fazem parte da via educacional contribuem, conjuntamente, para proporcionar aos estudantes formação suficiente em matérias da pedagogia geral e das ciências da educação.

.Objectivos

Em consequência dos pressupostos apontados, os objectivos desta disciplina colocam-se, rigorosamente, dentro das fronteiras que lhe são específicas e são os seguintes:

- a) Informar os estudantes sobre o percurso seguido pelo ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo dos tempos;
- b) Analisar as abordagens e métodos mais recentes numa perspectiva crítica conscientemente construtiva;
- c) Despertar nos estudantes o gosto e a necessidade de se manterem permanentemente actualizados através do acompanhamento da literatura da especialidade e da participação em conferências, congressos e acções de reciclagem e actualização;
- d) Pôr os estudantes em contacto com a literatura essencial para a abordagem dos temas do programa;
- e) Desenvolver nos estudantes a capacidade de conceberem materiais de trabalho, tais como planos de lição, testes, exames e outras formas de avaliação de conhecimentos;
- f) Familiarizar os estudantes com a teoria e com os meios práticos da avaliação de conhecimentos;
- g) Desenvolver nos futuros professores um esclarecido espírito de independência no sentido de adoptarem as atitudes pedagógico-didácticas mais consentâneas com a sua maneira de ser, com a natureza dos seus alunos e com as condições de trabalho que lhes sejam proporcionadas.
- h) Apelar aos estudantes no sentido de preservarem uma rigorosa deontologia profissional.
- i) Analisar com os estudantes os programas de inglês em vigor nas escolas do ensino secundário, familiarizando-os com os respectivos conteúdos;

.Programa

0. O que é a metodologia do ensino (ou didáctica) das línguas vivas estrangeiras:

- 0.1 Definição;
- 0.2 Terminologia específica introdutória.

1. História breve dos processos de aprendizagem/ensino das línguas estrangeiras:

1.1 A aprendizagem natural na transmissão das línguas de geração em geração;

1.2 O início do ensino deliberado das línguas estrangeiras:

1.2.1 O ensino do grego aos jovens da aristocracia romana;

1.2.2 A divulgação do latim nas províncias do Império Romano.

1.3 O ensino do latim nas escolas:

1.3.1 Durante a Idade Média;

1.3.2 No Renascimento;

1.3.3 O fim do latim como língua viva.

1.4 A consagração do método da gramática e tradução no século XVIII como corolário de uma longa tradição.

1.5 O século XIX: a continuidade e o começo da mudança:

1.5.1 O reforço do gramaticismo teórico e da análise gramatical;

1.5.2 O desenvolvimento da fonética e da psicologia;

1.5.3 As tentativas inovadoras dos finais do século: o Método Natural, o Método Psicológico (ou das Séries), o Método Fonético, o Método da Reforma.

1.6 O século XX:

1.6.1 O(s) Método(s) Directo(s).

1.6.2 O audiolinguismo behaviorista;

1.6.3 O código cognitivo;

1.6.4 O movimento comunicativo;

1.6.5 Os métodos ditos humanísticos;

1.6.6 O inglês para fins específicos (ESP).

1.7 Os estudos ingleses em Portugal: história e situação actual,

2. Disciplinas subsidiárias da didáctica das línguas vivas estrangeiras:

2.1 A linguística geral;

2.2 A linguística aplicada:

2.2.1 A análise contrastiva;

2.2.2 A análise de erros;

3. A língua materna:

3.1 A transferência da língua materna: -I e +I;

3.2 O papel da tradução: tradução como objectivo, tradução como meio.

A retroversão;

4. A gramática:

4.1 Aprendizagem indutiva da gramática;

4.2 A explicitação gramatical (consciencialização da aprendizagem);

5. A cultura e a civilização de L2.

6. Componentes práticas do curso:

- 6.1 O ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira:
 - 6.1.1 A comunicação: sua caracterização;
 - 6.1.2 O desenvolvimento da competência linguística e comunicativa;
 - 6.1.3 Fases de ensino/aprendizagem;
 - 6.1.4 Tipologia de exercícios;
 - 6.1.5 Os capacidades ('skills') receptivas e os capacidades produtivas.
- 6.2 Análise dos programas de inglês para o ensino secundário.
- 6.3 Análise de manuais e outros materiais de ensino.
- 6.4 Planificação do ensino/aprendizagem:
 - 6.4.1 Planificação a curto, médio e longo prazos;
 - 6.4.2 Definição de objectivos, selecção de conteúdos, estratégias e actividades, desenvolvimento de materiais auxiliares;
 - 6.4.3 Elaboração de planos de aula e de unidade para níveis diferenciados.

7. A avaliação de conhecimentos:

- 7.1 Princípios e objectivos ;
- 7.2 Avaliação 'tradicional';
- 7.3 Avaliação 'objectiva'.

Bibliografia

Nota - A inclusão dos títulos seguintes (considerados essenciais) não significa obrigatoriedade de leitura integral de todas as obras. Pontualmente, à medida que o programa for cumprido, serão dadas indicações sobre as partes de leitura obrigatória.

BRUMFIT, Christopher 1980. Problems and Principles in English Teaching. Oxford: Pergamon.

CANDLIN, Christopher 1983. The Communicative Teaching of English. Longman.

CORDER, S.Pit 1982. Error Analysis and Interlanguage. O.U.P.

DOFF, Adrian 1989. Teach English. A training course for teachers (Trainer's Handbook + Teacher's Workbook), C.U.P.

DULAY, Heidi, BURT, Marina & KRASHEN, Stephen 1982. Language Two. O.U.P.

HARMER, Jeremy 1983. The Practice of English Language Teaching. Longman.

HOWATT, A.P.R. 1984. A History of English Language Teaching. O.U.P.

JAMES, Carl 1972. "Foreign language learning by dialect expansion",

in NICKEL, Gerhard (ed.) Papers from the international Symposium on Applied Linguistics. Bielefeld: Cornelsen-Velhagen & Klasing: 1-11

JAMES, Carl 1981. "The transfer of communicative competence", in FISIAK, J.(ed.) Contrastive Linguistics and the Language Teacher. Oxford: Pergamon.

JAMES, Carl 1980. Contrastive Analysis. Longman.

JOHNSON, Keith 1980. Communicative Syllabus Design and Methodology. Oxford: Pergamon.

JOHNSON, Keith & MORROW, Keith (eds.)1981. Communication in the Classroom. Longman.

LADO, Robert 1980. Linguistics Across Cultures. Ann Arbor: The University of Michigan Press (1ª edição 1957).

LEWIS, Michael & HILL, Jimmie 1985. Practical Techniques for Language Teaching. Hove: Language Teaching Publications.

LITTLEWOOD, William 1983. Communicative Language Teaching. C.U.P.

MACKEY, William F. 1969. Language Teaching Analysis. Longman.

McLAUGHLIN, Barry 1988. Theories of Second-Language Learning. Edward Arnold.

ODLIN, Terence 1989. Language Transfer. Cross-linguistic influence in language learning, C.U.P.

O'MALLEY, J. Michael & CHAMOT, Anne Uhl 1990. Learning Strategies in Second Language Acquisition. C.U.P.

SELIGER, Herbert W. & LONG, Michael H. (eds.) 1983. Classroom oriented Research in Second Language Acquisition. New York: Newbury House Publishers.

STERN, H.H. 1984. Fundamental Concepts of Language Teaching. O.U.P.

WIDDOWSON, Henry 1978. Teaching Language as Communication. O.U.P.

WILKINS, David 1976. Notional Syllabuses. O.U.P.

METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA

Docente: Dr.^a Maria Florinda Albergaria
Dr.^a Maria Isabel Aguiar

Finalidades

No pressuposto de que saber e saber ensinar não são coincidentes e de que o uso pedagógico de um não saber não decorre espontaneamente da posse desse saber mas exige, a par de uma fundamentação teórica do acto de ensinar, aquisição de técnicas e processos metodológicos especializados, as finalidades que este programa se propõe atingir são:

- favorecer uma reflexão crítica sobre o acto pedagógico, na perspectiva da filosofia;
- propiciar a integração da informação científica pré-existente no quadro das exigências do ensino da Filosofia;
- estimular a aquisição das competências didácticas requeridas pelo ensino da Filosofia;
- suscitar a emergência de atitudes e competências no sentido da auto-formação futura.

Objectivos

Pretende-se que, no final do curso, o aluno seja capaz de:

- compreender o sentido e a importância do acto pedagógico;
- analisar criticamente o lugar e o papel do ensino da Filosofia no contexto curricular;
- consciencializar as potencialidades interdisciplinares da Filosofia;
- analisar a estrutura, finalidades e conteúdos dos programas, quaisquer que sejam;
- mobilizar os conhecimentos científicos de que dispõe, no quadro das exigências programáticas;
- explicitar as metodologias de ensino mais adequadas à aprendizagem da Filosofia;
- analisar as estratégias e as técnicas utilizáveis no ensino da Filosofia;
- reconhecer a importância da avaliação para o ajustamento da prática pedagógica.

Esquema programáticoI. Introdução

A relação pedagógica e os seus elementos: perspectiva psicológica, sociológica e institucional.

II. Didáctica da Filosofia e sua especificidade.1. A Filosofia no curriculum do ensino secundário.1.1. Fundamentos do ensino da Filosofia.

- 1.2. Problemas do ensino da Filosofia: formação e informação.
- 1.3. Relação da Filosofia com as outras disciplinas.
- 1.4. Programas de Filosofia.
 - 1.4.1. Referência à sua evolução no contexto do Sistema Educativo.
 - 1.4.2. Análise estrutural e crítica dos programas mais recentes.
- 1.5. Finalidades e objectivos.

2. Os instrumentos didácticos em Filosofia.

- 2.1. Planificação didáctica: a articulação de objectivos, conteúdos e estratégias.
 - 2.2. Execução didáctica.
 - 2.2.1. Métodos filosóficos e métodos pedagógicos.
 - 2.2.2. O diálogo em Filosofia.
 - 2.2.3. Estratégias didácticas: a lição, o trabalho de texto, o trabalho de grupo, o trabalho dirigido, os audio-visuais.
 - 2.2.4. Meios auxiliares da didáctica da Filosofia.
 - 2.3. Avaliação: princípios fundamentais e especificidade da avaliação em Filosofia.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Beatriz R. - Filosofia, Pedagogia e Didáctica I e II, Coimbra, Ed. do Autor, 1984 e 1988
- CAMPOMANES, César Tejedor - Didáctica de la Filosofía. Perspectivas y Materiales. Ed. S.M., Madrid, 1984
- CORTESÃO, Luísa - Avaliação Pedagógica II, Porto, Porto Editora, s/d.
- DUARTE, Manuel D. - Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário. O Exemplo da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte 1982
- ENTONADO, Florentino B. e outros - Didáctica General, Madrid, Anaya, 1983
- FEY, Eduardo - O ensino da Filosofia, Separata "Brotéria", vol. 107, 1978
- GILLOT, Fernando - Do Ensino da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, 1976
- IZUZQUIZA, Ignacio - La Clase de Filosofía como Simulación de la Actividad Filosófica, Madrid, Anaya, 1982
- NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios Básicos de Prática Pedagógico-Didáctica, Porto, Porto Editora, 1987
- POSTIC, Marcel - A Relação Pedagógica, Coimbra, Coimbra Editora, 1984
- SANTIUSTE, Victor; VELASCO, Francisco G. de - Didáctica de la Filosofía, Madrid, Narcea 1984
- SANTOS, Delfim - Da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- VARIOS - États Généraux de la Philosophie, Paris, Flammarion, 1979
- "- GREPH - Qui a peur de la Philosophie?, Paris, Flammarion, 1977

ÍNDICE

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	1
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	3
ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	5
METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA	7
METODOLOGIA DO ENSINO DO FRANCÊS	10
METODOLOGIA DO ENSINO DO ALEMÃO	13
METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA	16
METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS	19
METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS	21
METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA	25